



A Revista Temporalis e as marcas do seu tempo

Temporalis Magazine and the marks of its time

Ivanete Salete Boschetti*

 <https://orcid.org/0000-0002-3390-1556>

RESUMO

Há ¼ de século, os anos 2000 viram nascer o primeiro número da Revista Temporalis, que vem promovendo profícias trocas intelectuais e cujo nome carrega o sentido de “marcas do tempo”. Este breve artigo aborda o significado de sua criação durante a gestão 1999/2000, bem como os processos que foram determinantes para seu surgimento. As três primeiras edições se dedicaram a registrar debates coletivos com docentes e discentes sobre os conteúdos e os desafios para a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A Revista Temporalis 1 marcou nossos posicionamentos e lutas contra a “Reforma do Ensino Superior” de FHC e suas implicações sobre a formação. A Revista Temporalis 2 debateu algumas polêmicas teóricas que permeavam os conteúdos das Diretrizes naquele momento; e a Temporalis 3 aprofundou a concepção de questão social na perspectiva da tradição marxista. Todas registraram os debates que permeavam a implantação das recém-aprovadas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

PALAVRAS-CHAVE

Diretrizes curriculares; Revista Temporalis; Contrarreforma; Questão social.

ABSTRACT

A quarter of a century ago, the 2000s saw the publication of the first issue of the Temporalis Journal, which has fostered fruitful intellectual exchanges and whose name conveys the meaning of "marks of time." This brief article explores the significance of its creation during the 1999/2000 administration, as well as the processes that shaped its existence. The first three issues were dedicated to recording collective debates with faculty and students on the content and challenges of implementing the ABEPSS Curricular Guidelines. Temporalis Journal 1 marked our positions and struggles against FHC's "Higher Education Reform" and its implications for education. Temporalis Journal 2 discussed some theoretical controversies that permeated the Guidelines' content at the time; and Temporalis Journal 3 delved deeper into the concept of social issues from the perspective of the Marxist tradition. All of them mark the debates that permeated the implementation of the recently approved ABEPSS Curricular Guidelines.

KEYWORDS

Curricular Guidelines; Temporalis Magazine; Counter-Reformation; Social Issue.

*Professora. Doutora em Sociologia pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris, França). Docente Titular da Escola de Serviço Social e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: ivaboschetti@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n50p25-37

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

Foi com imensa satisfação que recebi o convite para compor esse importante e especial número, com a temática “Marcas do Tempo, Marcas da Luta: a trajetória dos 25 anos da Temporalis e dos 15 anos dos GTPs”. Certamente, o convite se deve à minha participação na gestão da ABEPSS, nos anos 1999–2000¹, que teve o desafio e a imensa responsabilidade de criar a Revista Temporalis.

Há ¼ de século, os anos 2000 viram nascer o primeiro número desse canal que vem vocacionando profícias trocas intelectuais, e cujo nome porta o sentido de “marcas do tempo”. Inegavelmente, a Temporalis vem se consolidando como uma das mais importantes revistas científicas do Serviço Social brasileiro. Seu nascimento é resultado de profundas mudanças pelas quais passou nossa Associação científica naquele final dos anos 1990 e virada da década. Coube à nossa gestão transformar os “Cadernos ABESS”² em uma revista científica que respondesse às exigências — ainda não tão engessadas pelas

¹ Essa gestão foi eleita em dezembro de 1998 e vigeu de 1º de janeiro de 1999 até 31 de dezembro de 2000, composta por 89 integrantes, sendo a primeira constituída sob o novo estatuto que transformou a ABESS (Associação Brasileira de Serviço Social) em ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Esse grupo estava assim formado: **Executiva Nacional**: Ivanete Boschetti (presidenta), Rosa Helena Stein (suplente), Carolina Batista Santos (secretária) e Perci Coelho de Souza (suplente), Aitta Barros de S. R. Coelho (tesoureira) e Marlene Teixeira Rodrigues (suplente), Franci Gomes Cardoso (Coordenadora Nacional da Graduação) e Marina Maciel Abreu (suplente), Solange da Silva Moreira (Representante Discente da Graduação) e Marcelo Sítcovsky (suplente), Denise Bontempo Birche de Carvalho (Coordenadora Nacional da Pós-Graduação) e Myrtes de Aguiar Macêdo (suplente). **Regional Norte**: Nádia Socorro Fialho Nascimento (vice-presidenta) e Lília Ieda Chaves Cavalcante (suplente), Lourdes Maria Leitão Nunes (Coordenadora Regional de Graduação) e Martinez Gil (suplente), Aglair Alencar Setúbal (Coordenadora Regional de Pós-Graduação) e Roberto Jonh (suplente). **Regional Nordeste**: Silvana Mara Moraís dos Santos (vice-presidenta) e Sâmya Rodrigues Ramos (suplente), Reivan Maria de Souza Carneiro (Coordenadora Regional de Graduação), Bernadete de Lourdes F. de Almeida (Coordenadora Regional de Pós-Graduação) e Denise Câmara de Carvalho (suplente), Flávio Rêgo Fernandes (Representante Estudantil da Pós-Graduação) e Cristina Chaves de Oliveira (suplente), Lilian da Silva Santos (Representante dos Supervisores) e Laura Bezerra Menezes (suplente), Kathleen Elane Vasconcelos (Representante Estudantil da Graduação), Érica Dias Barreto e Nívia Cristiane P. da Silva (suplentes). **Regional Centro-Oeste**: Maria José de Faria Viana (vice-presidenta) e Marilene Aparecida Coelho (suplente), Eleusa Belenjam Ribeiro (Coordenadora Regional de Graduação) e Maria Ana de Paula (suplente), Walderez Loureiro Miguel (Coordenadora Regional de Pós-Graduação) e Regina Sueli de Sousa (suplente), Veruska Alves (Representante Discente da Graduação) e Everton Batista Garcia (suplente). **Regional Leste**: Marina Barbosa Pinto (vice-presidenta) e Sonia Lúcio Rodrigues de Lima (suplente), Maria Beatriz Rios Rice (Coordenadora Regional de Graduação) e Ana Tardine (suplente), Cleusa dos Santos (Coordenador Regional de Pós-Graduação), Necilda de Moura Santana (Representante dos Supervisores) e Andréa Mayer Gomes (suplente), Adriana Vasconcelos (Representante Discente da Pós-Graduação) e Tatiana Alves Baptista (suplente), Thaís Helena (Representante Discente da Graduação) e Ellen Nunes (suplente). **Regional Sul I**: Gleny Guimarães (vice-presidenta) e Jussara Mendes (suplente), Vera Herweg (Coordenadora Regional de Graduação) e Regina Célia Tamash Mioto (suplente), Leonia Capaverde (Coordenadora Regional de Pós-Graduação) e Luiza Daipiaz (suplente), Ecleria Alencastro (Representante dos Supervisores) e Sônia Almeida (suplente), Cristiane Oliveira (Representante Discente da Pós-Graduação) e Mônica Bragaglia (suplente), Letícia Batista (Representante Discente da Graduação) e Paula Amorim (suplente). **Regional Sul II**: Marlene Merisse (vice-presidenta), Tania Maria Ramos de Godói Diniz (Coordenadora Regional de Graduação) e José Walter Canôas (suplente), Mariângela Belfiori Wanderley (Coordenadora Regional de Pós-Graduação) e Raquel Raichelis (suplente), Rosana Andrade Leite (Representante Discente da Graduação), Coriolando Costa Bastos (1º suplente) e Germana de Castro Gomes (2º suplente). **Conselho Fiscal**: Maria Barbosa Dias, Nobuko Kameyana e Maria Rachel Tolosa Jorge.

² O primeiro Caderno ABESS foi publicado em 1986 e suas oito edições perduraram até 1998. Estão todos digitalizados e disponíveis na página da ABEPSS, <https://abepss.org.br/caderno-abess/>.

métricas que viriam a ser cada vez mais rigorosas nos anos seguintes — das instituições de fomento e pesquisa, por decisão da Oficina Nacional da ABESS realizada em Recife em 1997. Resgatar, neste artigo, “a criação da Revista Temporalis no ano 2000”, como nos foi solicitado, requer um mergulho no tempo, na história e nos processos que foram determinantes para seu existir³.

As mudanças na herança cinquentenária

Após 52 anos da fundação da ABESS, em 1946, e do CDEPSS, na década de 1980, com uma história de profundo reconhecimento e legitimidade junto às Unidades de Ensino e aos docentes e pesquisadores/as, a Oficina Nacional da ABESS, realizada em Recife, em 1997, aprovou significativas mudanças que marcariam um tempo de reorganização da estrutura até então vigente. Coube às gestões seguintes — especialmente as de 1998–1999 e 1999–2000 (eleita em dezembro de 1998) — os hercúleos desafios e encaminhamentos necessários à implementação das propostas aprovadas.

Nessa Oficina de 1997, foi constituída uma gestão provisória, que permaneceu somente por um ano (de dezembro de 1997 a dezembro de 1998), com a função precípua de elaborar o novo estatuto da entidade. Por indicação da assembleia que elegeu essa diretoria, extinguiu-se o CDEPSS e “transformou-se” a ABESS em ABEPSS. Não se tratava apenas de uma mudança de nomenclatura, mas de instituir uma inovadora estrutura que superasse a histórica dicotomia entre ensino e pesquisa, e entre graduação e pós-graduação. O novo desenho traçado deveria buscar estratégias que assegurassem a efetiva articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e entre graduação e pós-graduação, como forma de concretizar e expressar o avanço e a maturidade da pesquisa e da produção intelectual do Serviço Social brasileiro.

Naquele momento, duas propostas se colocaram em debate. Uma, a vencedora, defendia a criação da ABEPSS com duas coordenações nacionais — sendo uma de graduação e outra de pós-graduação. A outra, vencida, propunha manter a ABESS e criar uma associação nacional de pós-graduação, a exemplo da ANPOCS. Os debates sinalizavam as tensões já existentes nas relações entre os ainda incipientes programas de pós-graduação (o primeiro Mestrado em Serviço Social foi instituído na PUC/SP, em 1971) e marcavam, já naquele tempo, perspectivas distintas sobre a necessária articulação entre ensino e pesquisa, e entre formação graduada e pós-graduada.

As delegações presentes elegeram constituir a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), em sintonia com as diretrizes Curriculares da ABESS aprovadas em 1996, que postulava a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em todos

³ Este texto se referencia em outros publicados anteriormente na Revista Temporalis, com o objetivo de registrar os processos e dificuldades vivenciados naquele período. Em todos, a gestão está referida como 1998–2000, pois se considerava o mês de eleição (dezembro). O primeiro é um relatório analítico detalhado da gestão, publicado na edição n. 3 (2001), com o título “A Atuação da ABEPSS no Ensino e Pesquisa em Serviço Social: Balanço da Gestão 1998–2000”; o segundo está na edição n. 8 (2004), com o título “O Desenho das Diretrizes Curriculares e Dificuldades na sua Implementação”; e o terceiro foi publicado no n. 22 (2011), com o título “Desafios e Atuação da ABEPSS no Contexto da ‘Reforma’ do Ensino Superior no Final dos Anos 1990 – Gestão 1998–2000”. Neste último, o objeto central de análise é menos um balanço da gestão e mais o contexto e a importância da Revista Temporalis.

os níveis da formação profissional, uma condição para enfrentar o desafio da qualificação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão.

A gestão provisória 1997/1998⁴ elaborou o novo estatuto com a estrutura aprovada, além de outras indicações inovadoras, como a inserção de associados individuais — que previa a possibilidade de participação de profissionais, pesquisadores e assistentes sociais não necessariamente vinculados às Unidades de Ensino; o fortalecimento da pesquisa — que previa o desenvolvimento de grupos e espaços de pesquisa; o fomento à produção acadêmica — que vislumbrava a criação de uma revista nacional; e a instalação de uma sede própria em Brasília, a fim de evitar as constantes circulações do acervo da ABESS, que ficava em caixas (naquele momento somava mais de 70 caixas com documentos históricos e registros fotográficos) e que, a cada nova gestão, seguiam para a universidade que sediava a diretoria nacional.

A elaboração do novo estatuto absorveu praticamente todo aquele ano da gestão provisória de 1998, e coube à gestão 1999/2000 seguir adiante, implementar o novo estatuto e as modificações ali estabelecidas, além de enfrentar os desafios daquele tempo, que via avançar no Brasil as contrarreformas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso — o que incluía a implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 1996.

A reestruturação institucional se revelou mais complexa⁵ do que o esperado, e esbarrou em exigências cartoriais e legais morosas e de difícil resolução, como: refazer o novo estatuto para inclusão de regras para votação de sócios individuais; não aceitação legal de integrantes com idade inferior a 21 anos — o que atingia a representação discente; elaboração de regimento interno compatível com o estatuto; recolhimento de documentação referente a todas as assembleias realizadas desde 1992 — edital de convocação, atas digitadas e assinadas pelas diretorias anteriores, listas de presença dos delegados, lista de qualificação das diretorias anteriores (RG, CPF, endereço, estado civil, ano e local de nascimento).

A localização desses registros exigiu uma verdadeira pesquisa nas mais de 70 caixas de documentos fechadas e sem indicação de conteúdo ou ano. A proposta de revisão do estatuto só pôde ser discutida e aprovada na assembleia realizada em 24 de novembro de 2000, já no final da nossa gestão. Tal reformulação permitiu garantir a participação política (direito ao voto) de sócios individuais e a ampliação de sua filiação nas gestões seguintes, além de permitir a continuidade dos registros cartoriais — iniciada nessa gestão, mas que não pôde ser concluída.

Também fez parte desse processo de reestruturação a instalação de todo o acervo histórico da ABEPSS em sala fixa em Brasília, cedida à época pelo CFESS, com todos os equipamentos e mobiliários necessários — o que solucionou um problema de ordem financeira e permitiu transferir todas as caixas do acervo que ainda se encontravam na UFPE, desde a gestão da professora Marieta Koike (1994–1996). Infelizmente, a gestão

⁴ Participei dessa gestão provisória na condição de vice-presidente da Região Centro Oeste.

⁵ O registro detalhado dessas dificuldades está nos artigos citados anteriormente, especialmente o publicado na Revista Temporalis 3, e serão aqui somente mencionados.

seguinte da ABEPSS (2001–2002) tomou a decisão de extinguir a sala definitiva em Brasília e transferir os documentos para a PUC/SP. Os documentos só foram reunidos novamente na gestão 2009–2010, quando a Universidade de Brasília (UnB) cedeu uma sala para a instalação definitiva da sede da ABEPSS, que permanece até hoje sediada no Departamento de Serviço Social da UnB⁶. Em um tempo histórico em que as redes sociais ainda não ocupavam o espaço que têm hoje, e os contatos entre a ABEPSS e as Unidades de Ensino ainda ocorriam via Correios, também coube à gestão 1999–2000 elaborar uma logomarca para a ABEPSS, construir uma página em provedor próprio e criar um e-mail institucional — o que facilitou enormemente a difusão das informações e os contatos com as IES filiadas e docentes.

Não foi fácil realizar essa empreitada, orientada pelo compromisso de manter e fortalecer a preciosa herança da nossa associação cinquentenária e, ao mesmo tempo, assegurar as mudanças aprovadas, sem “trair” a história construída por tantas gerações. A conjuntura contrarreformista acelerava processos de precarização do ensino com a implantação da LDB, e impunha muitos empecilhos que precisavam ser enfrentados.

A Revista *Temporalis*: marca das lutas na conjuntura contrarreformista

A reestruturação institucional, embora difícil, estava longe de ser nosso maior desafio. A esse somava-se a luta pela aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS no âmbito do CNE/MEC e sua implantação nas IES, em um contexto de contrarreforma do ensino superior realizada pelo governo FHC. Para o MEC, tratava-se de instituir uma política de educação fundada em três princípios: “flexibilidade, competitividade e avaliação” (MEC, 2000).

Na verdade, esta primeira contrarreforma⁷ do ensino superior estabeleceu as condições legais e materiais da desastrosa política de desestruturação do ensino superior público, que resultou na forte expansão do ensino privado — presencial e à distância (EaD) —, na precarização das condições de trabalho docente e no fortalecimento da mercantilização da educação.

Esse contexto foi determinante para que a gestão definisse sua programática para os dois anos seguintes, focada em duas frentes: (i) o debate e o plano de enfrentamento às “inovações” da LDB — especialmente a implantação dos Cursos Sequenciais, o estímulo aos Mestrados Profissionais, a expansão do ensino privado e a criação dos Centros Universitários, os quais asseguravam maior autonomia às instituições privadas, que objetivavam a massificação do ensino superior e poderiam não implantar as Diretrizes da ABEPSS recém-aprovadas; e (ii) o acompanhamento das IES na implementação dessas Diretrizes Curriculares, aprovadas na Oficina Nacional da então ABESS, em 1996, e

⁶ Essa primeira sala foi transferida, posteriormente, para outra que sofreu uma terrível inundação, o que deteriorou muitos documentos. Após primoroso trabalho de recuperação realizado pela gestão 2019–2020, os documentos foram instalados em nova sala cedida pelo Departamento de Serviço Social da UnB.

⁷ Ao final da década de 1990, utilizamos a expressão “reforma neoliberal” para designar as tendências dessa política governamental. Nos anos 2000, passamos a utilizar a expressão “contrarreforma”, baseada nas reflexões de Elaine Behring, no livro “Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos” (2003).

encaminhadas ao CNE em 1997, que deveriam orientar a elaboração dos currículos plenos nos cursos de Serviço Social⁸.

Essa frente de atuação era primordial para assegurar e consolidar, no âmbito da formação, o projeto ético-político-profissional construído coletivamente pelas entidades nacionais da categoria — ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO. Tal necessidade era imperiosa diante da morosidade na aprovação das Diretrizes Curriculares pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que só veio a ocorrer em 2002.

A Revista Temporalis foi pensada, planejada e criada para ser um canal de expressão dos posicionamentos teóricos e ético-políticos do Serviço Social, bem como das lutas que travamos contra as ofensivas conservadoras e neoliberais em curso naquele tempo histórico. Sua criação foi uma deliberação da Assembleia da ABEPSS, realizada em dezembro de 1998, em Brasília, cumprindo o artigo 2º, inciso IX do novo estatuto, que preconizava como uma de suas finalidades “promover a publicação da produção acadêmica gerada no âmbito do Serviço Social”.

Para materializar essa deliberação, a primeira reunião da nova gestão, ocorrida em junho de 1999, discutiu o projeto editorial, o nome da revista, as temáticas e as formas de financiamento — diante da inexistência de recursos em caixa para sua publicação. Em relação ao nome da revista, após várias sugestões, consultas e debates, foi escolhido **Temporalis**, que em latim significa “que marca o tempo”. O sentido era, justamente, que a revista remetesse a esse tempo de profundas mudanças para nossa associação. Quanto à periodicidade, ficou definido que seria semestral, e que o primeiro número seria publicado no primeiro semestre de 2000 — o segundo ano da gestão — de modo a possibilitar sua estruturação e a busca por financiamento.

Em relação ao projeto editorial, ficou acordado que a revista seria uma marca de seu tempo, conectada aos debates e às agendas de luta do Serviço Social em defesa da formação, das Diretrizes Curriculares, e com temáticas relacionadas aos conteúdos curriculares — especialmente naquele momento em que as IES deveriam reformular seus currículos, compatibilizando-os com as novas Diretrizes Curriculares.

Os dois primeiros números publicados pela gestão 1999/2000 espelham esse movimento, e o terceiro número — preparado nessa gestão, mas publicado em 2001 — retratou os debates ocorridos no ENPESS de 2000 sobre temas cruciais para a elaboração dos currículos plenos, apontados pelas IES nas Oficinas Nacionais e Seminários realizados em 1999 e 2000. Naqueles anos, não havia tantas exigências para as revistas científicas, e não foi necessário constituir um corpo editorial. Os artigos eram solicitados pela diretoria da ABEPSS aos autores/as, em sintonia com o projeto editorial e as temáticas aprovadas. O

⁸ Em 1997, constituíam a Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social do MEC as docentes Maria Marieta dos Santos Koike (UFPE-ABESS), Maria Rachel Tolosa Jorge (UNESP), Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP), Marilda Villela Iamamoto (UFRJ) e Marina Maciel Abreu (UFMA). Essa comissão elaborou o documento “Padrões de Qualidade para Autorização e Reconhecimento de Cursos de Graduação em Serviço Social” (agosto/1997), em sintonia com as Diretrizes da ABEPSS, apresentado e aprovado na Oficina Nacional realizada em 1997, em Recife, e conhecido como “Parecer da Comissão de Especialistas”.

primeiro número foi publicado com recursos obtidos junto ao CNPq, e o segundo com recursos próprios da ABEPSS.

Temporalis 1: resistência teórico-política aos impactos da LDB

Estávamos em pleno processo de regulamentação da LDB pelo governo FHC, e desde a primeira reunião da diretoria nacional da ABEPSS avaliávamos que as transformações em curso significavam uma verdadeira mudança na estrutura do ensino superior, orientada pela perspectiva de desregulamentação neoliberal que assolava os países capitalistas seguidores das normas do Banco Mundial, FMI e do Tratado de Bolonha. As implicações dessa “reforma”, contudo, ainda não estavam suficientemente debatidas no âmbito do Serviço Social e das IES. As pretensas “inovações” da LDB precisavam ser desmistificadas e analisadas criticamente, sob pena de impactarem a implantação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Nessa conjuntura, aprovamos como pauta urgente para aquele ano instituir um amplo debate nacional sobre “A política de Ensino Superior no Brasil: a regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social”. Várias estratégias foram concretizadas para organizar e fundamentar as reflexões: debate sobre cursos sequenciais entre a diretoria nacional da ABEPSS, o então assessor da SESu/MEC, Sr. Cid Gesteira, e a professora Marilda Iamamoto, em junho de 1999, para nos apropriarmos da política que seria conduzida pelo MEC; constituição de uma comissão composta pelas professoras Marilda Iamamoto, Franci Gomes Cardoso e Ivanete Boschetti, para elaboração de um documento crítico sobre os cursos sequenciais⁹ (que naquele momento estavam em expansão e nos pareciam a ameaça mais imediata à formação profissional), enviado às IES em julho de 1999; organização de oficinas locais e regionais para discussão da temática e aprovação de posicionamentos das IES sobre as mudanças propostas pela LDB; realização de Seminário Nacional, em Brasília, em dezembro de 1999, que teve como tema central o eixo dos debates; e publicação da Revista Temporalis 1, com artigos analíticos, além do relatório do Seminário Nacional.

Podemos afirmar que esse primeiro número foi construído coletivamente em torno de um tema mobilizador dos nossos posicionamentos e expressa nossa resistência ante as propostas governamentais de flexibilização e precarização do ensino superior. Além de artigos teoricamente contundentes e críticos aos processos contrarreformistas implementados no contexto da democracia burguesa pós-Constituição de 1988, a Revista Temporalis 1 publicou importantes reflexões críticas sobre o sentido das avaliações institucionais na graduação e pós-graduação nas universidades — que abriram caminho para os processos avaliativos que conhecemos hoje —, o documento crítico sobre os cursos sequenciais, e o relatório do Seminário Nacional sobre a “reforma” do ensino de FHC.

Podemos considerar que a Revista Temporalis 1 expressa a unidade entre teoria e ação, pois revela os posicionamentos construídos coletivamente, nossas estratégias de luta em âmbito nacional e a importância da articulação entre ABEPSS, CFESS, ENESSO e as

⁹ Este texto está publicado na Revista Temporalis 1, 2000.

Unidades de Ensino na defesa da formação com qualidade e contra a precarização do ensino.

Inegavelmente, a opção política de pautar as ações da ABEPSS a partir do debate sobre a “reforma” do ensino superior em curso naquele ano possibilitou introduzir, no Serviço Social, o debate crítico que já se realizava no âmbito do movimento docente. Além disso, permitiu construir uma verdadeira pauta de temas de pesquisa e estratégias de intervenção, articulando as entidades da categoria e os cursos de graduação e pós-graduação. No documento aprovado nesse seminário, publicado na Temporalis 1, é possível encontrar um verdadeiro plano de lutas contra essa “reforma”.

O documento sinalizava, acertadamente, que a defesa do projeto ético-político profissional, no contexto da contrarreforma do ensino superior, requeria manter e reforçar cada vez mais a unidade política das entidades — ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO — na condução da resistência ao aligeiramento e à desqualificação da formação acadêmica, com suas consequências para o exercício profissional. Reivindicava, ainda, que as ações deveriam se articular ao movimento docente e ao movimento mais amplo da classe trabalhadora contra o projeto neoliberal em curso no Brasil.

Não nos parece exagero considerar que os debates e estratégias implementados naquele momento foram capazes de impedir a abertura de cursos sequenciais no âmbito do Serviço Social — à época fortemente estimulados pelo MEC. O documento também chamava atenção para o fato de que a consolidação da resistência exigia respostas concretas, cotidianas e qualificadas à conjuntura e aos desafios, sem renunciar à luta por uma nova sociabilidade. Tais reflexões, realizadas em 1999/2000 e publicadas há 25 anos na Temporalis 1, são absolutamente atuais no contexto de avanço da extrema-direita, de ataques às universidades públicas por movimentos de caráter fascista e de ameaças concretas às lutas democráticas.

Temporalis 2: polêmicas e defesa das Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Quando assumimos a ABEPSS, as Diretrizes Curriculares elaboradas e aprovadas coletivamente pelas IES, sob a condução da então ABESS¹⁰, estavam em tramitação no MEC. A diretoria tinha uma preocupação política com a possível desconfiguração dessas diretrizes, tendo em vista o contexto neoliberal de contrarreformas, desregulamentação e flexibilização que orientava a política governamental. Para defender sua aprovação na integralidade, a ABEPSS acompanhava, de forma cotidiana e sistemática, sua tramitação por meio de constantes contatos presenciais, telefônicos e em reuniões com a SESu/MEC.

Além desse acompanhamento, a defesa das Diretrizes requereu importantes investidas da ABEPSS, tais como: a) elaboração, pela Coordenação Nacional de Graduação da ABEPSS, de uma proposta de adequação das Diretrizes Curriculares ao modelo de enquadramento exigido pelo MEC. A proposta, elaborada pela ABEPSS e enviada ao MEC e a todas as Unidades de Ensino em 18 de janeiro de 1999, mantinha a essência das Diretrizes da ABEPSS

¹⁰ As diretrizes foram elaboradas a partir de processo coletivo e democrático conduzido pela ABESS, entre 1994 e 1996, aprovadas na assembleia de 1996 e encaminhadas ao MEC em 1997.

e inseria, no “modelo de enquadramento”, todos os conteúdos e o perfil desejado das/os profissionais.

Caso a ABEPSS não indicasse esses conteúdos, o MEC faria um enquadramento à revelia, o que poderia provocar redução ou desconfiguração das Diretrizes — o que, de fato, acabou ocorrendo, conforme indicaremos adiante; b) apresentação de contribuição para a elaboração do parecer final da Comissão de Especialistas da área de Serviço Social no MEC, em fevereiro de 1999; c) socialização constante de informações sobre a tramitação das Diretrizes no MEC às IES filiadas; d) mobilização das IES filiadas para indicação da Comissão de Especialistas da área de Serviço Social junto ao MEC — o que possibilitou assegurar hegemonia na nova Comissão de Especialistas, constituída em 1999 pelos docentes José Paulo Netto (UFRJ), Ivete Simionato (UFSC) e Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida (UFPB), sendo os dois primeiros indicados pela ABEPSS. No caso do Serviço Social, o MEC só enviou os relatórios consolidados e o parecer da Comissão de Especialistas ao CNE no final de 1999.

Até o final da gestão, em dezembro de 2000, o CNE ainda não havia realizado a audiência pública para debater as Diretrizes Curriculares do Serviço Social. Os pareceres e a resolução¹¹ do CNE aprovando o currículo pleno do Serviço Social foram publicados somente em 2001 e 2002, após anos de análise (1997–2002), e reduziram drasticamente o projeto pedagógico que constava nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS¹². Não se tratava apenas de uma simplificação e formatação no padrão de currículos de todos os cursos, conforme justificativa do CNE/MEC. As diretrizes aprovadas pelo MEC reduziram a carga horária, simplificaram e flexibilizaram os conteúdos.

Essas mudanças possibilitaram a abertura de novos cursos com projetos pedagógicos reduzidos (cursos com três anos), simplificados e extremamente diversificados, provocando fragilização e empobrecimento do processo formativo¹³. Infelizmente, as diretrizes aprovadas pelo CNE/MEC estão muito distantes das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Estas, articuladas e em consonância com o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão, constituem a base do projeto ético-político profissional comprometido com a formação e o exercício profissional crítico, na perspectiva da emancipação humana.

Para acompanhar a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS junto às IES, entre 1999 e 2000, a gestão realizou: levantamento preliminar da situação de cada curso durante as oficinas regionais realizadas para discutir a “reforma” do ensino superior e suas implicações para o Serviço Social, inclusive o rebatimento na elaboração dos currículos plenos; encontro da Coordenação Nacional de Graduação com os Coordenadores

¹¹ Cf. Parecer CNE/CES 492/2001; Parecer CNE/CES 1.363/2001 e Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002.

¹² Analisamos esse processo em palestra realizada na Oficina Nacional da ABEPSS, em 05 de abril de 2004, em Florianópolis. O texto foi publicado na Revista Temporalis 8, em 2004, com o título “O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação”.

¹³ A carga horária dos cursos de graduação presencial só foi definida pela Resolução MEC nº 2, de 18 de junho de 2007. Esta resolução estabeleceu a carga horária mínima para os cursos de Serviço Social em 3.000h e limite mínimo para integralização de 4 anos. Até então, muitos cursos implementaram currículos com carga horária e duração inferior.

Regionais de Graduação da ABEPSS e com os Coordenadores de Cursos de Serviço Social, por ocasião do Seminário Nacional de 1999; mapeamento (com envio de questionário) sobre a situação de cada Unidade de Ensino em relação ao processo de elaboração dos currículos plenos, que demonstrou que poucas IES já tinham iniciado esse processo; organização de oficinas regionais e Oficina Nacional para discussão e encaminhamentos para implementação das Diretrizes Curriculares, em junho de 2000, em Brasília, com participação de 31 Unidades de Ensino¹⁴; e realização de oficinas regionais, durante o segundo semestre de 2000, para acompanhar e orientar as Unidades de Ensino na elaboração e implementação de seus currículos plenos.

Todas essas atividades foram estratégias para mapear e acompanhar a implantação das Diretrizes Curriculares. A Revista *Temporalis* 2 faz parte dessas estratégias, concretizando sua conexão com a realidade da formação, conforme seu projeto editorial. O segundo número da revista, com a temática “Diretrizes Curriculares: polêmicas e perspectivas”, publicado em dezembro de 2000, expressa esse acompanhamento e a luta da ABEPSS para registrar o processo em curso nas IES e assegurar a direção ético-política das Diretrizes na construção dos currículos plenos em cada curso.

A partir do acompanhamento descrito anteriormente e dos debates realizados na Oficina Nacional de junho de 2000, o segundo número da revista sintetizou algumas polêmicas e dificuldades apresentadas pelas IES — especialmente nos debates sobre ética, trabalho e processos de trabalho, fundamentos, e o que se designava como “ensino da prática”. Ao explicitar abordagens discordantes e que polemizaram durante a elaboração das Diretrizes Curriculares, a revista não se furtou ao exercício do pluralismo, como elemento essencial do conhecimento crítico, mas reafirmou os eixos fundamentais das Diretrizes da ABEPSS, na perspectiva de auxiliar as IES a elaborar, e implantar seus currículos plenos.

Esse número publicou o “Relatório da Oficina Nacional para Implementação das Diretrizes Curriculares” — um documento histórico fundamental que marca, na história, o rico processo de construção democrática da formação e do “estado da arte” das reflexões, dificuldades, polêmicas e, por vezes, incompreensões dos conteúdos das Diretrizes que deveriam orientar a elaboração dos currículos plenos.

Temporalis 3: o histórico debate sobre a questão social¹⁵

A já “clássica” Revista *Temporalis* 3 foi publicada em 2001, mas foi gestada no ano anterior, uma vez que seus artigos resultaram das palestras realizadas no VII ENPESS, ocorrido na UnB, em Brasília, em novembro de 2000, com o tema “O Serviço Social e a Questão Social: direitos e cidadania”, que encerrou nossa gestão.

O tema do ENPESS e da Revista se impôs como crucial naquele momento, pela importância e centralidade no processo de implementação das Diretrizes Curriculares, ao reconhecer como pressuposto da formação profissional que “a relação entre Serviço Social com a

¹⁴ O Relatório da Oficina indicando as dificuldades das IES na implementação das Diretrizes está publicado na Revista *Temporalis* 2.

¹⁵ Esse item retoma excertos da entrevista concedida à Revista *Temporalis* n. 42 (2021), com o tema Crise capitalista, questão social e diretrizes curriculares da ABEPSS.

questão social — fundamento básico de sua existência — é mediatizada por um conjunto de processos socio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho” (ABESS, 1997, p. 60). Desde então, o Serviço Social passou a se dedicar mais profundamente ao debate e à compreensão da questão social como pressuposto teórico-metodológico, ético-político e elemento que dá concretude à profissão. Os anos seguintes viram florescer, no Serviço Social, a incursão de docentes e discentes em pesquisas, leituras, debates e publicações sobre temáticas correlatas aos conteúdos das Diretrizes Curriculares. Essa incursão ocorre em contexto de crise do capital, com importante rebatimento nos debates em curso sobre a questão social.

No contexto internacional, a crise do capital engendra, desde o início dos anos 1970, o aumento e a persistência do desemprego de longa duração, a precarização do trabalho, ataques aos direitos sociais e aos movimentos da classe trabalhadora, espraiamento de situações de pobreza e avanço de governos de direita. Uma importante corrente da sociologia, especialmente de matriz francesa, se dedica a interpretar e explicar esses “fenômenos”, atribuindo seu “ressurgimento” na Europa a uma suposta “nova” questão social. São paradigmáticas dessa tentativa de explicação duas publicações que ganharam o mundo, tendo sido traduzidas para países do norte ao sul do globo: os livros de Pierre Rosanvallon, “A nova questão social: repensando o Estado-providência”, e de Robert Castel, “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”, publicados originalmente na França em 1995 e ambos traduzidos e publicados no Brasil em 1998.

Embora com perspectivas diferentes — que não cabe aqui aprofundar — os dois autores remetem as expressões da crise do capital ao surgimento de uma “nova” questão social. Mesmo antes de sua publicação no Brasil, essas obras já eram lidas e citadas, especialmente pela sociologia brasileira, e passaram a ser referenciadas pelo Serviço Social. O que considero importante contextualizar aqui é que, na última quadra dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando o Serviço Social brasileiro assume, em suas Diretrizes Curriculares, a questão social como eixo estruturante da formação profissional na perspectiva da tradição marxista — que a explica como processo constituído pela lei geral da acumulação e valorização do valor — espraiia-se no mundo uma concepção de questão social como “novos” fenômenos sociais em uma perspectiva eurocentrista: seja pela perspectiva liberal de Rosanvallon, que a concebe como fracasso do “Estado Providência” europeu, que deve ser reformulado; seja pela perspectiva social-democrata de Castel, que a situa como resultante das metamorfoses do mundo do trabalho e reivindica a superação do neoliberalismo e a recomposição do “Estado Social” de cariz social-democrata do pós-Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, vivíamos as particularidades da crise do capital no capitalismo dependente, com o avanço das contrarreformas sob o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e o acelerado processo de destruição dos direitos sociais conquistados com a Constituição de 1988. É nesse contexto que as Diretrizes Curriculares reafirmam que “o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação de trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais” (ABESS, 1997, p. 61).

Neste passo, o aprofundamento do debate sobre a questão social se revelou uma exigência incontornável para o processo de implantação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, e estruturou o ENPESS realizado ao final da gestão, articulando os temas da questão social, Estado, direitos e cidadania. A Revista Temporalis 3 publicou quatro palestras realizadas no ENPESS e se tornou uma das mais importantes referências nesse debate.

Creio não ser excessivo afirmar que a Revista Temporalis 3 foi um espaço de resistência ao espraiamento da perspectiva francesa da “nova” questão social no Serviço Social. Pode não ter sido um impedimento, mas creio que cumpriu importante contraponto naquele contexto: fortaleceu a direção teórica e ético-política das Diretrizes Curriculares; aprofundou um debate ainda incipiente (na verdade quase inexistente) sobre o tema com docentes e discentes, fornecendo elementos para as matérias dos Projetos Pedagógicos; apresentou ao público (do Serviço Social e para além dele) uma referência teórica marxista sobre a questão social¹⁶, num mercado editorial dominado (naquele momento) pelas traduções francesas; lançou o debate em sua pluralidade, mas sem abrir mão da direção teórico-política marxista; apontou reflexões sobre as determinações estruturais da questão social e suas particularidades nacionais; e sinalizou as relações entre questão social, direitos e cidadania.

Como uma revista precursora no debate, nascida de conferências públicas, deve ser entendida em seu tempo, em seu processo de elaboração, com suas intencionalidades, possibilidades e limites — limites que são, em minha opinião, largamente superados pelas perspectivas de reflexão e diálogos que ela instaurou.

Considerações finais

Nesses 25 anos, a Revista Temporalis cresceu, amadureceu e tornou-se, efetivamente, uma das mais importantes revistas científicas do Serviço Social brasileiro. Chega ao número 50, no segundo semestre de 2025, consolidada, longeva, com regularidade e cumprindo os exigentes requisitos das instituições avaliadoras — bastante diferentes daqueles que pautaram seu surgimento.

Basta uma breve mirada em suas diversas edições, disponíveis na página da ABEPSS desde o número 20 (2010)¹⁷ para constatar que suas temáticas seguem conectadas com as demandas que desafiam a formação profissional. Os artigos, hoje submetidos a pareceristas e a um extenso comitê editorial, revelam conteúdos densos, que problematizam questões fundamentais no desenvolvimento do conhecimento científico. A Revista Temporalis, inegavelmente, segue marcando o tempo, com sua estética e beleza apuradas. Não aquelas de padrões superficiais e pós-modernos, mas da beleza que revela seu compromisso com a direção social da profissão e seu Projeto Ético-político. Vida longa à Revista Temporalis!

¹⁶ É evidente que tal afirmação não desconhece, tampouco desmerece, a seminal contribuição de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho sobre a questão social, presente no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1982). Pelo contrário, entendemos que a extensão e o impacto daquelas reflexões foram efetivamente compreendidos e incorporados no âmbito da formulação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, em 1996.

¹⁷ Disponível em <https://www.portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/issue/archive>

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Entrevista com Ivanete Salete Boschetti. **Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 206–212, 2021. DOI:
<https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p206-212>

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Revista Temporalis 1, ano 1, n. 1, jan./jun. 2000.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Revista Temporalis 2, ano 1, n. 2, jul./dez. 2000.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Revista Temporalis 3, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma do ensino superior para a formação do assistente social: desafios para a Abepss. **Revista Temporalis**, n. 1, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. A Atuação da Abepss no ensino e pesquisa em Serviço Social: balanço da gestão 1998–2000. **Revista Temporalis**, n. 3, 2001.

BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Revista Temporalis**, n. 8, 2004.

IAMAMAOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

Submetido em: 10/9/2025
Aceito em: 10/9/2025